

A EDUCAÇÃO NUMA SOCIEDADE SEM ESCRITA

(Baseado no texto de **Eric HAVELOCK**¹, com o mesmo título, em MIALARET, Gaston & VIAL, Jean. História Mundial da Educação. 1º vol., Porto, RÉS, s.d., pp.23 - 36)

Francisco José da Silveira Lobo Neto

Entre os povos iletrados, cujos sistemas formais de escolaridade são pouco desenvolvidos ou totalmente ausentes a educação constitui ainda mais evidentemente uma função realizada por indivíduos e grupos que não são mestres profissionais. Nestas sociedades, toda ou a maior parte da educação de um indivíduo procede de sua família, de seus amigos, associados e companheiros de sua idade. Além disso, a educação em tais sociedades é em grande medida um processo inconsciente que não segue normas previamente determinadas; a criança, o jovem e o adulto aprendem mais por participação do que por preceito no sistema de obrigações mútuas que existem entre parentes, no processo de organização econômica, nos ritos e cerimônias, e na narrativa de mitos e lendas.

Assim, pois, em todas as sociedades, a educação é um processo contínuo que começa com o nascimento da criança e prossegue, com maior ou menor intensidade, ao longo da vida inteira do indivíduo. Em virtude deste processo, o indivíduo aprende os usos de sua cultura e chega a participar mais ou menos plenamente nela. Também adquire uma personalidade - uma norma complexa de 'faculdades racionais, percepções, idéias, hábitos e reações emocionais condicionadas' (LINTON, Ralph. The Study of Man. NY, Appleton-Century-Crofts, Inc., 1936, p.464) - que se deriva, talvez, em parte de certas aptidões ou predisposições reguladas geneticamente, em parte das diversas posições que ocupa e dos papéis que o indivíduo assume durante sua vida, e, em parte também da instrução que se lhe deu em uma cultura particular. E se o processo educativo tem êxito, como ordinariamente acontece, o indivíduo se torna socializado em maior ou menor grau, isto é, aprende a adaptar-se para viver com outros em sua sociedade e a integrar seus próprios desejos e ideais nos sistemas de valores comuns ao grupo.

[BEALS, Ralph L. Introducción a la Antropología, 3ª ed. Madrid, Aguilar, 1981, pp.619-623]

A antropologia social chamou a atenção geral para a única faculdade própria da nossa espécie: a de cuidar de seu desenvolvimento. À hereditariedade genética soma-se um processo de evolução cultural que se torna particularmente evidente à medida que a sociedade se vai urbanizando. Se a informação biológica tem como fator a célula viva, a informação cultural tem como veículo a linguagem. A cultura humana não é hereditária, aprende-se; é a linguagem que a transmite. Esta transmissão não é espontânea, nem sequer nas sociedades que alguns chamam 'primitivas'. Ela requer um mecanismo, um aparelho social, uma instituição qualquer que dê lugar a um método de instrução que permita que os adultos instruídos transmitam os seus conhecimentos já armazenados, ou, pelo menos, uma parte essencial desses conhecimentos às crianças ainda ignorantes. Para identificarmos esse mecanismo, utilizamos presentemente o termo 'educação', que passa

simultaneamente por um processo e uma instituição (ou um conjunto de instituições), necessitando de dispositivo complexo, de colaboração de especialistas qualificados e de amparo econômico da comunidade.

O uso metafórico dos termos 'armazenamento', 'informação', 'codificação' implica a existência de objetos concretos, conserváveis, sem, no entanto implicar a referência a um manancial de documentos. Da mesma forma termos como programa, sistema, estrutura relacionados com crenças, instituições ou costumes característicos de certas sociedades, evocam a presença de objetos visíveis ou tangíveis. Estas metáforas se impõem porque as informações que determinam a sociedade moderna se concretizaram. Elas existem porque existem documentos que delas dão testemunho. O documento é uma informação armazenada, revista, corrigida, enriquecida, redesenhada, lida e relida. A terminologia de que dispomos para escrever tudo que a linguagem exprime, reflete uma condição na qual a língua se torna um instrumento, isto é, a língua escrita ('literatura' descreve a linguagem com o auxílio de letras; 'gramática' implica a presença gráfica de sinais e símbolos reunidos numa superfície).

1) Qual poderá ser o papel de tal armazenamento numa cultura em que ninguém souber ler nem escrever, numa cultura em que a língua não tenha sido transformada em instrumento? As condições em que existe e funciona uma cultura de iletrados são estritamente acústicas. É o ouvido, e não a vista, que transmite as informações lingüísticas, sejam elas quais forem; é o ouvido que as armazena. Se considerarmos o período de tempo em que decorreu a evolução social da nossa espécie, parece evidente que, num passado mais longínquo, as culturas orais possuíam uma existência mais duradoura do que as que dispunham de documentos escritos. A avaliar pelos seus utensílios, em certos continentes - como a América do Sul, por exemplo - as culturas orais sobreviveram sem grandes dificuldades até épocas bastante recentes, em que o uso da escrita se havia divulgado nas restantes partes do mundo. Considerada a certeza de que a capacidade de inserir a informação cultural nas reservas lingüísticas é primordial para a existência de uma cultura, verifica-se que, nas sociedades não letradas, os meios utilizados diferiam nitidamente dos que eram utilizados pelas sociedades iniciadas na escrita.

Para estabelecer as aptidões naturais para a conservação oral, é importante examinar a natureza dos documentos e perguntar-se: por que será o documento 'informativo', enquanto a língua falada pela população o não é? Porque os testemunhos que ele contém parecem imobilizados pela escrita, sendo estáveis, 'dignos de confiança', conservando a informação porque conserva as palavras que a compõem. Mais do que isso, é preservada também a ordenação das palavras e sua seqüência (sua sintaxe). Todas as relações sintáticas, portanto, estão sob controle de uma versão escrita invariável. Aquilo a que chamamos 'original', está sempre presente.

Também nas sociedades não letradas, cuja língua não se beneficia de qualquer documentação, o princípio da ordem estabelecida deve ser investigado, na gramática da língua. Mas não apenas a que leve em conta as propriedades abstratas das palavras. Existe um outro nível de gramática, a que poderíamos chamar propriedade lingüística ou 'gramática antropológica', que

se prende ao 'sentido' das palavras assim reunidas, sentido que se relaciona com a experiência comum do grupo que pratica essa língua. A convenção lingüística exclui de suas normas frases como 'o homem morde o cão' e proíbe-nos que 'amemos os nossos inimigos'. Essas frases parecer-nos-iam deliberadamente paradoxais: elas vão de encontro àquilo a que chamamos o bom senso.

As particularidades na disposição das palavras permitem identificar não só um indivíduo como pertencente a este ou àquele tipo, mas também o gênero de relações que obrigatoriamente existem entre os diferentes indivíduos. Nestas condições, uma cultura primitiva pode conservar a sua identidade básica, conservando muito simplesmente o seu vocabulário e a sua sintaxe. Utilizando determinado vocabulário, fica-se sabendo como comportar-se, descobrem-se respostas para determinadas situações. Contudo, ainda que este armazenamento de informações atue automaticamente, ele se situa no indivíduo que pode adotar, de vez em quando, um comportamento que possa parecer excêntrico em relação ao código comum. Isto porque o papel da língua é paradoxal: por um lado, instituídos os costumes, a estabilidade das relações desejadas entra no tecido da sintaxe; por outro lado, a maneira de falar pode justificar a rejeição do desejável: pode ser provocante, do mesmo modo que convencional. A língua pode servir para exprimir o desprezo de um indivíduo em relação às pretensões do senso comum. Contrariamente aos grupos animais, as sociedades humanas trazem em si os germens da sua própria instabilidade. A individualização a que este fenômeno se deve, é ela própria função da linguagem.

2) O conhecimento geral dos usos e costumes, principalmente em uma sociedade oral, apresenta-se muito mais como um conjunto de máximas ou adágios que descrevem os comportamentos pessoal e social, do que sob a forma de normas ou éditos específicos. Esse conjunto de máximas representa a consciência comum do grupo, o seu sentido das conveniências, do decorativo - e assim sucessivamente. O conjunto de máximas reflete as propriedades mais permanentes da sociedade, aquelas que constituem o fim último das decisões particulares de uma corporação dirigente. Os conhecimentos assim acumulados sob a forma de sabedoria ou de história, apresentar-se-ão aos olhos do homem instruído como 'sagrados', mantendo-se em fórmulas lingüísticas memorizadas ritualmente. Os deuses, que se erguem no cimo da história do grupo, governam todo o conjunto dos conhecimentos. Eles conferem-lhe a sua autenticidade. Menos do que um elemento de fé, eles representam um meio de identidade (do grupo).

É assim que o conjunto de relações especiais, que é exigido por uma cultura oral, consolida as regras de conservação - que permitem que o armazenamento de informação controle o comportamento - sem alteração arbitrária ou memorização deficiente. Para isso é fundamental que as palavras, bem como suas relações sintáticas, que explicitam essas relações e esses comportamentos, se mantenham imutáveis. Para garantir a conservação das palavras e sua ordenação - definidoras das relações e comportamentos - as culturas orais usam o recurso de formar seqüências rítmicas. A boca que aprendeu a agrupar elementos sonoros da linguagem, de conformidade com a

gramática do código lingüístico, terá de adquirir Agora a aptidão para selecionar esses elementos sonoros, não só para lhes 'dar um sentido', mas para fazer ecoar uma espécie de música no ouvido de quem fala e de quem ouve, música dominada por períodos rítmicos repetidos. A lembrança dessa 'música' evidente, dirige-se à memória; mas o ato de lembrança é relativamente fácil, já que seus ritmos são repetitivos: é essa a sua propriedade essencial. A memória, então, é levada a reter as seqüências e a dominar deste modo todo um programa instrutivo. A forma mais corrente desse ritmo é aquilo a que chamamos 'poesia', arte que confere um aspecto particular à prosa vernácula. Não há dúvida de que se trata de uma arte - termo que deverá ser interpretado no sentido grego de artifício, de tecnologia da linguagem falada. A poesia inscreve-se no contexto geral da história da cultura como um mecanismo de armazenamento oral. Assim surgiram as epopéias², muito mais um imperativo funcional do que uma resposta a um impulso artístico. Trata-se de uma tentativa importante de armazenamento oral e de controle da informação cultural.

Numa sociedade desprovida de documentos escritos, as dimensões do armazenamento estender-se-ão do simples enunciado ao mito aprofundado e à extensa epopéia, passando pelo hino ritual. Uma cultura oral encontrar-se-á num conjunto sucinto de informações armazenadas, diretivas ou descritivas, expressas numa linguagem rítmica que se afaste do idioma vernáculo e que possa ser considerada como um enclave no discurso praticado dentro dos limites desse idioma. É importante notar que, nas sociedades puramente orais, o bardo, o profeta e o sábio não se distinguem. Eles eram efetivamente 'autoridades', cuja aceitação dependia da forma como os seus cânticos, hinos, encantos, epopéias e danças eram transmitidas à maior parte da população para se gravar na memória de cada indivíduo.



Uma sociedade não letrada, portanto, pratica a educação através de mecanismos que lhe são muito próprios, através de um aparelho educacional oral em que a reiteração de suas normas e costumes se dá no contexto mesmo da vida social. Na ausência de documentos escritos, a própria aprendizagem da língua era proporcionada às crianças no contato com os adultos. Homero

tem uma passagem em que Andrômaca, ao lamentar-se do infortúnio de seu filho, após a morte de Heitor, refere-se ao drama dos órfãos: “E aquele que tiver pai e mãe, afasta-o brutalmente do festim, com gestos agressivos e palavras insultuosas: ‘Vai-te embora e não finjas: teu pai nada tem a ver com a festa’. E no meio do seu pranto, a criança tem como único recurso uma mãe viúva...” (Ilíada, XXII, 496-499). Essa passagem levanta o véu que, de uma forma geral, envolve os processos que, numa sociedade oral, são adotados para a educação da criança. Participar do festim com seu pai era um direito importante. Esses banquetes decorriam sempre ao som da música, que acompanhava a declamação de panegíricos, cânticos e narrações épicas. Mesmo quando queremos tratar da educação primitiva, a Grécia se impõe como objeto privilegiado de estudo. Se considerarmos o período entre 900 e 650 a.C. como a gênese de certa cultura clássica, que apenas se patenteia por uma análise documental posterior, evidencia-se que esta cultura só se pode ter fundamentado numa base de conhecimentos armazenados, registrados e conservados de forma a transitarem de uma geração para outra por meio de uma forma qualquer de educação oral.

¹ Sterling Professor Emeritus da Yale University, o Prof. Havelock publicou: Origins of Western Literacy (Monograph Series 14, Ontario Institute for Studies In Education, Toronto); Prologue to Greek Literacy (Univ.Cincinnati, Classical Studies II, Norman, Oklahoma);

² Epopéia = narração épica de aventuras heróicas, como a Ilíada, a Eneida, Os Lusíadas